

**MULHERES, POLÍTICA E SUB-REPRESENTAÇÃO.
UM ESTUDO SOBRE A CORRELAÇÃO ENTRE QUALIDADE
DA DEMOCRACIA, IDEOLOGIA E MULHERES NOS
PARLAMENTOS.**

Thiago Perez Bernardes de Moraes¹

Romer Mottinha Santos²

Geraldo Leopoldo da Silva Torrecillas³

Elany Castelo de Souza Leão⁴

Fecha de publicación: 01/04/2014

Sumario: Introdução. 1. Sub-representação das mulheres na política. 2. Metodologia. 3. Resultados. 4. Considerações finais. Referências.

Resumo:

A sub-representação da mulher na política é uma realidade disseminada em maior ou menor medida por todo o mundo. Um dos quesitos para a paridade de gênero é a paridade representativa. Esse trabalho tem dois objetivos: 1) analisar se a sub-representação da mulher é menor ou maior em países de maior qualidade democrática; 2) analisar se o interesse por

¹ Cientista político, doutorando em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy (UAJFK).

² Cientista político, mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³ Administrador, mestre em gestão social do trabalho pela Universidade de Brasileira (UNB), é doutorando em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy (UAJFK).

⁴ Administradora, doutoranda em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy (UAJFK).

ideologia interfere na representação das mulheres. Para tanto, nós comparamos os dados das Nações Unidas sobre a estratificação sexual dos ocupantes dos assentos nos parlamentos do mundo com o ranking de democracia e com uma frequência do Google Trends para o tópico *feminism*. Nossos resultados mostram que países com maior qualidade democrática são os que possuem mais mulheres ocupando assentos nos parlamentos e também, países mais democráticos são os que mais demonstram interesse pelo tópico *feminism*. Nesse sentido, tanto a qualidade da democracia, quanto ideologia são variáveis importantes na composição da representação feminina.

Palavras-chave: Participação política das mulheres; sub-representação feminina; cultura política; democracia.

Abstract

The under-representation of women in politics is a reality disseminated throughout the world. An important question for gender parity is parity in political representation. This work has two goals: 1) examine whether the under-representation of women is smaller or greater in higher quality countries democracy; 2) examine whether the interest in ideology interferes in the representation of women. We compared the United Nations data on the sexual stratification of occupants of seats in parliaments in the world with the ranking of democracy and with a frequency of Google Trends for the topic feminism. Our results show that countries with higher quality are those with more democratic women occupying seats in parliaments and also, most democratic countries are the ones who demonstrate interest in the topic feminism. In this sense, both the quality of democracy, the ideology are important variables in the composition of female representation.

Keywords: political participation of women; female under-representation; political culture; democracy.

Introdução

A sub-representação da mulher na política é em larga medida um epifenômeno da extrema desigualdade de gênero que fora historicamente construída. Nesse sentido, esse artigo tem dois objetivos: 1) analisar se a sub-representação da mulher é menor ou maior em países de maior qualidade democrática; 2) analisar se o interesse por ideologia interfere na representação das mulheres.

Nossa primeira hipótese é de que, as mulheres são mais elegíveis e também mais dispostas a se candidatarem em países com melhor qualidade democrática. Nossa segunda hipótese é de que a ideologia interfere na representação feminina, no sentido de deixar as mulheres mais ou menos propensas a se candidatarem e os eleitores a votarem ou não em mulheres.

Para o teste empírico de nossas hipóteses nós nos valemos de três grandes fontes de dados: 1) dados do *Millenium development goals indicator* sobre a estratificação de gênero dos parlamentos do mundo; 2) dados do ranking de democracia, disponibilizados pelo *The Democracy Ranking Association*; e 3) uma frequência Beta para o tópico *feminism* dentro do ficheiro de ideologia política do *Google Trends*. Com estes bancos de dados, nós comparamos as correlações matemáticas existentes.

Nossos resultados apontam que países com maior qualidade democrática têm mais mulheres ocupando assentos em parlamentos do que países com qualidade democrática baixa e média. Nossos resultados mostram também que os países que maior demonstraram interesse pelo tópico *feminism* nas procuras do Google, são os que mais têm mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos. Nesse sentido, tanto ideologia, quanto qualidade da democracia exerce influência marcante para a representação política feminina.

1. Sub-representação das mulheres na política

Entre as metas estabelecidas no *Millenium development goals indicator*, desenvolvido pelas Nações Unidas, está à premissa de reduzir a desigualdade entre os gêneros, dando mais autonomia e perspectiva de ascensão social às mulheres. Nesse sentido, considerasse que uma das *conditio sine qua non* para se adquirir paridade de condições, é atingir paridade representativa. Este nível de paridade pode em alguma medida ser mensurado através da porcentagem de mulheres que ocupam cadeiras nos parlamentos nacionais (Kabeer, 2003, 2005; Grown, Gupta & Kes, 2005).

Uma literatura cada vez maior tem se dedicado em determinar quais são os caminhos percorridos por aqueles indivíduos que pleiteiam um lugar entre o pequeno grupo das elites eletivas. No Brasil, alguns trabalhos recentes têm se ocupado com a identificação das variáveis que afetam as oportunidades dos que se lançam nas disputas eleitorais (Codato, Cervi & Perissinotto, 2013, p. 61).

Entre as variáveis explicativas sociais com significância estatística como condicionante para o sucesso eleitoral em 2012, sexo do candidato foi a que apresentou maior relação com o fato de ter ou não ter sido eleito. Ser mulher apresenta resíduo negativo com o fato de ‘ser eleito’ e positivo

com ‘não ser eleito’. Enquanto que os homens não apresentam resíduos significativos. Então, eles estão distribuídos igualmente entre os eleitos e não eleitos.

Um esforço necessário dentro da ciência política é identificar os obstáculos que têm pavimentado o caminho das mulheres aos parlamentos nacionais, a fim de criar subsídios para a formulação de projetos de cidadania feminina⁵ (Matos, 2010). Entretanto é incontestável que a assimetria de representação política entre homens e mulheres não representam um fenômeno restrito á uma ou outra localidade, ele é universal⁶, nesse sentido, as mulheres de todas as sociedades em maior ou menor medida, enfrentam problemas de sub-representação política. Essa sub-representação feminina é também reconhecida pelos partidos políticos, em muitas democracias com sistemas eleitorais baseados em listas fechadas, por exemplo, as mulheres tem pouca chance de terem seus nomes entre os com reais possibilidades de elegibilidade. (Philips, 1995, Childs & Krook, 2006).

A ideia de participação de mulheres na política institucional é recente, pois, sob a ótica dos movimentos feministas, as mobilizações se localizavam inicialmente mais limitadas ao protagonismo em instituições variadas da chamada sociedade civil. Demandas posteriores de ocupação de funções executivas se fundamentaram na existência de interesses específicos de mulheres, o que justificava a necessidade de uma construção da representação tendo como pedestal os requisitos de gênero. Foi no reconhecimento da importância do papel das mulheres nos espaços de poder que despontou o debate sobre as condições e possibilidades de formação de representantes capacitadas. Em suma, a participação de mulheres no âmbito da política vem demandando uma reflexão sobre o papel das dinâmicas institucionais e das interações mais amplas que se efetivam nos variados campos da atividade social, interferindo na

5 As políticas de igualdade de oportunidades são elaboradas para providenciar um nível em que as mulheres possam almejar às carreiras políticas nos mesmos moldes que os homens. As políticas de igualdade de oportunidades são valiosas á longo prazo, em especial quando combinadas com outras estratégias, porém, por si próprias, na maior parte das vezes elas mostram ter pouco impacto em elevar a representação feminina (Norris, 2013, P. 18).

6 As instituições democráticas existem desde muito antes de se existir a ideia de igualdade de gênero. Historicamente, as mulheres sempre foram excluídas dos processos políticos, antes do século XX, em parte alguma do mundo a mulher sequer tinha direito ao voto. Após 1920, as mulheres adquiriram direito ao sufrágio na maioria dos países de tradição protestante, nos países de tradição católica o sufrágio adveio com mais força somente após o final da segunda guerra mundial e em outras zonas culturais o sufrágio feminino foi ainda mais tardio. (Inglehart, Norris & Welzel, 2002; Williams-Wyche, 2013).

construção e incremento de candidaturas.

A progressiva participação das mulheres na vida política, difundida no século XX, deve ser vista sob a perspectiva das mudanças sociais, culturais e política da sociedade. Entre estas alterações, o surgimento de novas famílias, a ruptura dos padrões familiares patriarcais, as novas formas de produção no mundo do trabalho com impacto sobre as relações sociais que acabaram por solapar estruturas seculares sobre as quais se assentava a dominação masculina em todas as esferas da vida pública e privada (Avelar, 2002, P. 40).

Figura 1 - Fatores que elevam o nível de representação política das mulheres.



Fonte: (Inglehart, Norris & Welzel, 2002).

Ao invés de focalizar a vida interna dos partidos políticos, alguns pesquisadores que estudam a política de elites legislativas, gênero e raças estão com frequência mais interessados em entender primeiramente o resultado do processo de seleção. O tema do sistema eleitoral básico tem sido promovido pela agenda de muitas democracias consolidadas, como por exemplo, em grandes reformas eleitorais introduzidas na última década na Nova Zelândia, Itália e Inglaterra.

Foge do escopo deste trabalho analisar com minuciosidade todas as delimitantes que levam a sub-representação da mulher na política, entretanto, é importante ressaltar que, como aponta uma grande literatura recente, o tipo de sistema eleitoral adotado por cada país pode facilitar e ou impor barreiras, ao acesso de mulheres às cadeiras dos parlamentos (Studlar, 1996; Caul, 1999; Matland & Norris, 2004). Nesse sentido a cientista política Lisa Young aponta que o sistema de lista de representação

proporcional⁷, tal qual adotado na Suécia, é o que dá mais oportunidade para as mulheres serem elegíveis. A razão principal é o comportamento dos partidos políticos, segundo Young, a centralização no processo de nomeação dos candidatos e o fato de haverem 9 cadeiras por distrito, faz com que os partidos estejam inclinados a darem preferência a candidatas mulheres e também a representação de outros interesses fora as questões de gênero. Seria impensável nesse contexto que algum partido sueco lançasse menos de 40% de candidatas mulheres, o que garante que uma alta frequência de mulheres nos parlamentos nacionais, em comparação com a maioria dos países do mundo. Mas em outros países que não a Suécia, em que se praticam outros tipos de sistemas eleitorais, várias barreiras são criadas a revelia da ascensão da representação política das mulheres, uma bastante recorrente é a dificuldade das mulheres em terem acesso a recursos financeiros para promoverem campanhas eleitorais (Young, 2000; Young & Cross, 2003). Neste trabalho não iremos analisar e comparar o efeito dos sistemas eleitorais em si sobre o potencial de elegibilidade das mulheres, mas sim, vamos comparar o efeito que o nível de qualidade da democracia exerce sobre o padrão de permeabilidade às mulheres de assentos em parlamentos nacionais.

Fora estes fatores mencionados, podemos dizer que a tendência de igualdade representativa entre os sexos está intimamente relacionada com o macro processo de mudança cultural e de democratização.

Na literatura de ciência política desenvolveram-se duas linhas produtivas e distintas a respeito da sub-representação política das mulheres: 1) uma concentra-se em identificar razões que levam as mulheres serem sub-representadas. Nestes estudos geralmente enquadram-se estudos sobre o padrão de recrutamento dos partidos, os sistemas eleitorais, a motivação das mulheres (Mansbridge, 1999, 2009); 2) a segunda corrente de estudos envolvem questões sobre o desempenho representativo das mulheres. Nesse sentido, o que orienta os estudos é saber se as mulheres exercem influência relevante na arena política (Lovenduski & Norris, 2003; Stokes, 2005; Wängnerud, 2009).

7 Este problema afeta o processo de indicação de candidatos desde que atualmente é amplamente entendido que de modo geral mais mulheres são eleitas em sistemas eleitorais proporcionais do que em majoritários. Em sistemas eleitorais proporcionais, a magnitude distrital tem sido apresentada como um fator importante, com mais mulheres sendo usualmente eleitas em distritos de alta magnitude. Uma comparação mundial da proporção de mulheres em parlamentos confirma que elas mulheres são mais bem sucedidas onde vigoram listas de representação proporcional (Norris, 2013, p. 16-18).

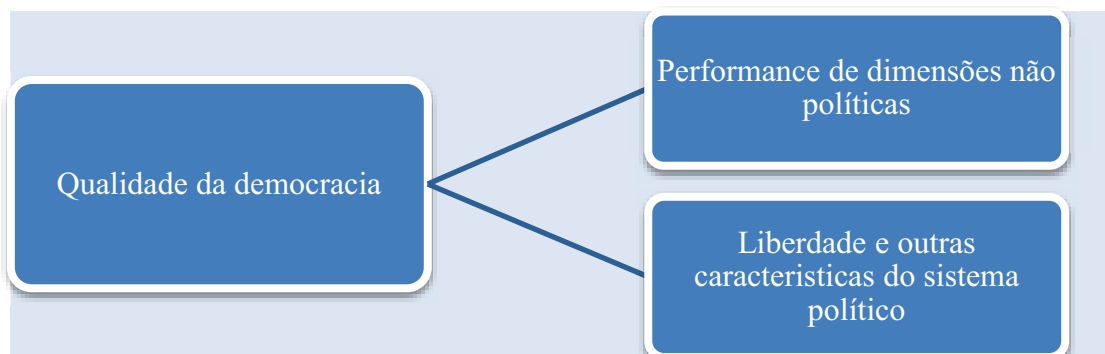
Nosso estudo se insere transversalmente em ambas as correntes de estudo. Converte-se com a primeira, no sentido onde buscamos definir se a qualidade da democracia é um fator estrutural delimitante para o acesso de mulheres e se a variável ideologia pode ser considerada como um dos possíveis vetores da motivação feminina para a política. Com a segunda corrente, nosso estudo se converte com a possibilidade de aferir se há correlação entre qualidade de democracia e quantidade de mulheres nos parlamentos, havendo correlação, talvez em alguma medida a quantidade de mulheres nos parlamentos interfira na governança do país de tal forma a garantir maior pontuação no ranking de democracia.

1.1 A qualidade da democracia e mulheres nos parlamentos

As mulheres são um excelente exemplo para se ter uma ideia de quanto é longo o caminho da luta pela extensão real dos direitos de cidadania aos muitos segmentos de minorias de uma sociedade. Dizendo em outras palavras, como a democratização de uma sociedade é oriunda de um longo processo de mudanças que vão incorporando os grupos sem privilégios nos benefícios dos direitos que igualam os indivíduos, indistintamente, na esfera política, social e econômica (Avelar, 2002, p. 44).

A medida do ranking de democracia tem o interesse em medir 3 dimensões da estrutura democrática: 1) liberdade; 2) igualdade e 3) performance; para isso, o ranking de democracia baseia-se em duas grandes dimensões: 1) liberdade e outras características do sistema político (50%); 2) desempenho de dimensões não políticas (50%). Dentro do espectro não político o ranking de democracia considera 5 pontos: 1) gênero (igualdade de gênero) (10%); 2) economia (sistema econômico) (10%); 3) conhecimento (nível de ensino, pesquisa e acesso à informações) (10%); 4) saúde (saúde da população e sistema de saúde) (10%) e 5) meio ambiente (sustentabilidade ambiental) (10%). Para as diferentes dimensões, políticas e não políticas, uma larga gama de indicadores é atribuída, sendo que todos os indicadores são transformados em uma frequência de 1 a 100 onde 1 representa o menor e 100 o maior (Campbell, 2008).

Figura 2 - Composição da qualidade da democracia.



Fonte: (Campbell & Sükösd, 2002; Campbell, 2008).

Pelo fato do ranking de democracia ser bastante amplo, acreditamos que ele seja uma boa medida para traçarmos uma correlação para com o número de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais.

Um trabalho recente concentrou-se nos dados da África Central e do Sul, e também em áreas da Ásia e do Pacífico. O objetivo foi entender se há correlação entre um maior número de parlamentares mulheres e a maturidade da democracia. Para tanto, mensurou-se o tipo de sistema eleitoral, a existência ou não de cotas para mulheres, a participação de mulheres na força de trabalho, o PIB, o grau de corrupção e o tipo de regime político adotado. Essa análise transnacional indica que parece não haver relação entre quantidade de mulheres nos parlamentos e maturidade da democracia, vide que a representação feminina não foi maior nos países com democracia mais madura (Stockemer, 2009). Como estamos usando uma medida mais completa, o ranking de democracia, e também um maior número de dados sobre quantidade de mulheres nos assentos do parlamento (mundo todo), é provável que nossos resultados sejam discrepantes dos de Stockmer.

1.2 Ideologia e mulheres nos parlamentos

Ideologia é um conceito polissêmico no qual os vários significados foram submetidos a mudanças historicamente fomentadas, a tal ponto de hoje ser considerado um conceito indescritível e largamente penetrado em todos os meandros das ciências sociais. Mas mesmo o conceito sendo na maioria das vezes de baixa inteligibilidade, certamente ele oferece um bom espectro de análise, sobretudo para psicólogos sociais e cientistas políticos. O conceito permite compreender de forma mais ou menos sistêmica a

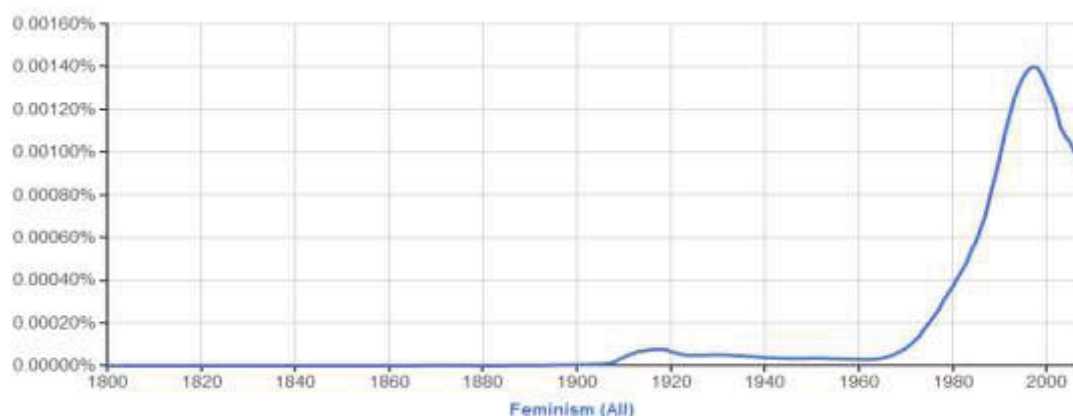
assimetria entre as relações intergrupais em sociedades multiculturais (Phelps, 2012).

Ideologia⁸ em sentido simples como o senso comum “coletivo” de uma sociedade, sendo que este é formado por um corpo de ideias compartilhadas mais ou menos coerentes dentro de um determinado contexto. Aqui, ao que parece a ideologia pode ser considerada como um dos pontos centrais da organização humana, isso admitindo que os limites simbólicos das sociedades, e a forma pela qual os indivíduos devem se adaptar a estas variam muito pouco de forma mais ou menos desigual ao longo do tempo. O senso comum neste ponto parece ser um dos pivôs da balança no que diz respeito a justificar a organização e ou estrutura de uma sociedade, assim como a divisão dos quadros individuais e a interação dos indivíduos com outros dentro do contexto cotidiano.

Muitos estudos transnacionais não encontraram amparo na variável ideologia. Entretanto, o Estudo de Pamela Paxton e Sheri Kunovich (2003) mostra que ao que parece a ideologia representa um dos pivôs para a ascensão do número de mulheres em legislaturas. Se valendo de uma medida sobre ideologia nacional e gênero, em um modelo transcultural, elas preveem que o indicador religião é um forte termômetro para se aferir a quantidade de mulheres com chances e entrarem em legislaturas. Ideologia nesse sentido mostrou-se aderente para prever o potencial de elegibilidade das mulheres e também a motivação delas para se candidatarem.

8 Dessa mesma forma a ideologia é frequente dentro do discurso das ciências sociais, geralmente apontada como lastro para as relações de poder, nesse ponto a ideologia seria transmitida de forma mais ou menos negociada e reproduzida por uma grande parte de determinada sociedade através de processos sociais de representação simbólica. Em outras palavras, a grande maioria por assim dizer compartilha de uma ideia, ou um conjunto delas, que tende a mais ou menos beneficiar um grupo geralmente pequeno e restrito o dentro das sociedades. Isso é algo ainda mais significativo se considerarmos que no contexto da globalização atual, os media também detém grande poder político e simbólico, na medida em que são eles os principais disseminadores de ideologias. Em resposta a isso uma série de psicólogos sociais e cientistas sociais de formação diversas passaram a se debruçar sobre a representação simbólica vetorizada pelos media (Phelps, 2012).

Gráfico 1 - Frequência de publicações do termo *feminism* em perspectiva histórica.



Fonte: Google Ngram Viewer.

No gráfico acima gerado pelo *Google Ngram Viewer* está expressa a frequência com que o termo *feminism* esteve presente em publicações. É visível que o tema é recente, pois as publicações relevantes começaram a ser postas a partir de 1900. De 1960 á 1990 há uma grande explosão quanto ao número de publicações. Do meio da década de 1990 em diante é visível um declínio quanto à frequência do termo em publicações. Como o *Google Ngram Viewer* tem sido apontado como um excelente instrumento para se mensurar tendências históricas (Greenfield, 2013; Montagne & Morgan, 2013; Roth, 2013), podemos concluir que o feminismo enquanto ideologia política é algo recente, restrito, sobretudo á segunda metade do século XX.

Para testar a influencia da ideologia na estratificação de gênero dos parlamentos, nós testamos o termo *feminism* em uma *frequência Beta*⁹, enquanto ficheiro de ideologia política em todo mundo. Nossa hipótese nesse sentido é de que, as localidades onde as mulheres tem mais interesse por ideologia e feminismo, elas são mais motivadas á se candidatarem.

O *Google Trends* é uma ferramenta gratuita que funciona tal qual um motor de busca reversa que fornece ao pesquisador uma frequência com o resultado relativo a buscar de um termo, ou um conjunto. Estes dados podem ser baixados de forma gratuita. Dentre estes dados estão séries temporais sobre o volume de consultas inserido no Google em uma determinada região geográfica, em períodos distintos (Moraes & Santos,

9 Como a frequência do tipo Beta do *Google Trends* procura o termo como um “assunto”, nesta procura, é considerado o idioma de cada país e todas as correlações que podem existir em cada um deles, mesmo que de algoritmos diferentes. Isso faz desta frequência um forte medidor de ideologia política.

2013). Em relação aos métodos de pesquisa tradicional o *Google Trends* traz pelo menos três grandes vantagens: 1) em relação a pesquisas de opinião com a utilização de *surveys* e questionários, o *Google Trends* é muito mais econômico, e, além disso, os dados são atualizados semanalmente; 2) há países em que este tipo de pesquisa só é realizada esporadicamente e os dados, por vezes, são bastante duvidosos. O *Google Trends* oferece dados temporais em tempo real de praticamente todos os países do planeta; 3) o *Google Trends* permite que as series temporais para qualquer termo, em qualquer período, estejam disponíveis para download, sem nenhum custo ao pesquisador (Mellon, 2013). Há de se considerar também que já foi largamente documentado que é comum que indivíduos respondam de forma errada questionários de *survey*, ou mintam, sobretudo em assuntos sensíveis (Jonhson & Van De Vijver, 2003; Tourangeau & Yan, 2007; Serota, Levine & Boster, 2010), o *Google Trends* fornece uma maneira segura de vencer este obstáculo, vide que a frequência gerada por um termo ou conjunto de termos representa com alta fidedignidade o interesse no mundo real (Choi & Varian, 2012; Horák, Ivan, Kukuliač, Inspektor, Devečka & Návratová, 2013).

O uso do *Google Trends* tem sido variado entre cientistas sociais, os mais frequentes são os relacionados ao comportamento consumidor e o efeito do interesse manifesto sobre o mercado (Vosen & Schmidt, 2011; McLaren & Shanbhogue, 2011; Carrière-Swallow & Labbé, 2011) e também estudos recorrentes sobre epidemiologia de doenças diversas (Pelat, Turbelin, Bar-Hen, Flahault & Valleron, 2009; Bhattacharya, Ramachandran, Bhattacharya & Dogra, 2013; Johnson & Mehta, 2014). São escassos os estudos que buscam identificar tendências ideológicas através da ferramenta *Google Trends*, entretanto, os resultados até então mostram que o *Google Trends* é um forte termômetro para assuntos de ideologia e de preferencias (Kahn & Kotchen, 2010; Gries, Crowson & Sandel, 2010; Ripberger, 2011; Borra & Weber, 2012; Stephens-Davidowitz, 2013; Gruszczynski, 2013). Isso considerando que, ele permite não só encontrar tendências, mas também, a distribuição geográfica das mesmas.

2. Metodologia

Neste trabalho utilizamos 3 grandes bases de dados para realizarmos nossos testes, sendo elas: 1) dados das Nações Unidas sobre os parlamentos; 2) dados do Ranking de democracia; 3) uma frequência gerada a partir do *Google Trends*.

Utilizamos três fontes de dados diferentes do site das Nações Unidas, que fazem parte de um dos indicadores do painel *Millenium development*

goals indicator, são eles: 1) quantidade total de cadeiras nos parlamentos; 2) quantidade de homens ocupando cadeiras nos parlamentos; 3) quantidade de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos. Esses dados referem-se do período de 1997 á 2013, em 193 países. A princípio organizamos os dados e calculamos a média e traçamos uma frequência total de evolução temporal, a fim de aferir o ritmo de crescimento de mulheres nos parlamentos.

Com os medias relativas à quantidade de cadeiras ocupada por mulheres nos parlamentos nacionais nós cruzamos estes dados com a média de qualidade de democracia dos países. Para melhor estudarmos as correlações, estratificamos a frequência relacionada à qualidade da democracia em três níveis: 1) baixa qualidade (≤ 50); 2) média qualidade (>50 e ≤ 70) e 3) alta qualidade (>70) e correlacionamos cada um dos níveis ao número de cadeiras ocupado por mulheres nos parlamentos nacionais. Como nem todos os países que constam nos dados das Nações Unidas constam no ranking de democracia, consideramos para o teste apenas os países presentes em ambas tabelas de dados.

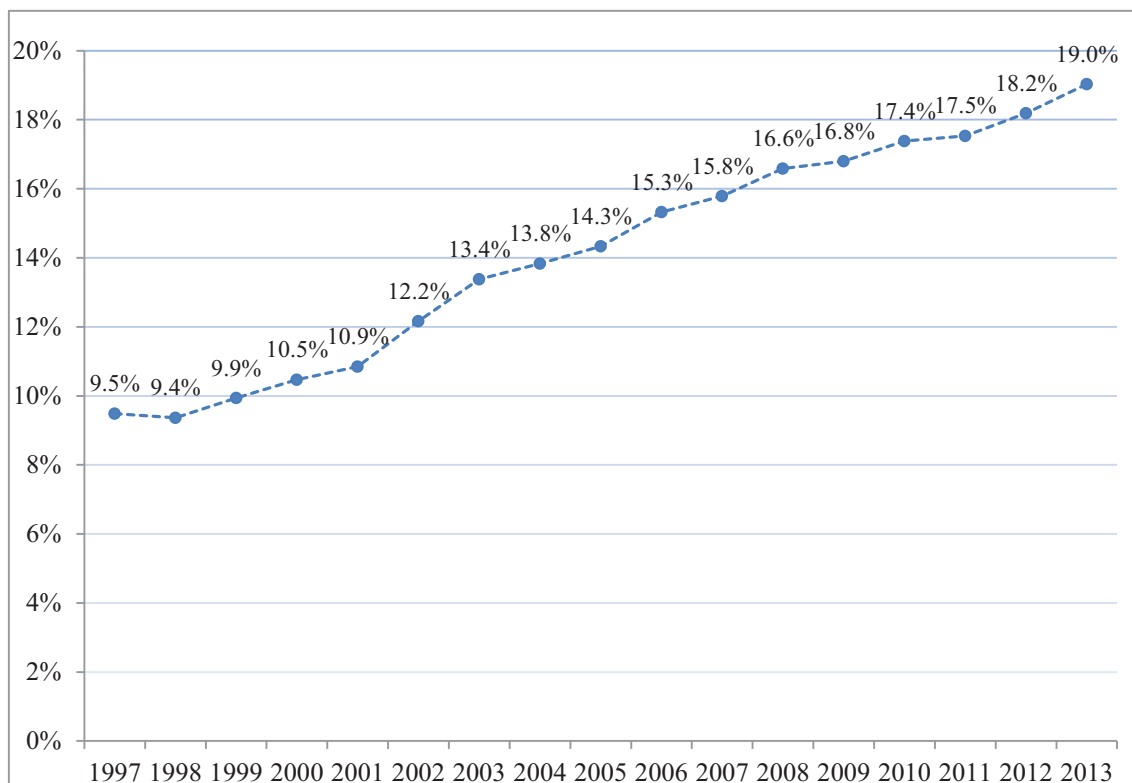
Nós utilizamos também à ferramenta *Google Trends* e coletamos uma frequência Beta para o ficheiro de ideologia política “*feminism*”, de janeiro de 2004 a janeiro de 2014. Comparamos a correlação matemática destes valores com a frequência relativa à quantidade de mulheres em parlamentos nacionais.

3. Resultados

No gráfico 2 é apresentada a evolução da percentagem de mulheres nos parlamentos mundiais. Os valores apresentados referem-se à média, em cada ano, das percentagens de mulheres nos parlamentos de 193 países. Observa-se um aumento da percentagem de mulheres ao longo do período, sendo a percentagem em 2013 (19,0%) o dobro do que era em 1997 (9,5%). Entretanto, apesar da evolução, entende-se que este valor expresso na media total indica que a sub-representação das mulheres na política é um fenômeno global¹⁰.

¹⁰ Ruanda é o único país em que a representação feminina (média de 52,5%, entre 2004 e 2013, conforme indica a tabela 1) se inverte, ou seja, o numero de mulheres no parlamento nacional é maior do que o de homens. Ruanda tem um sistema de quotas que designa 30% das candidaturas dos partidos políticos ás mulheres, o qual foi um dos pivôs da possibilidade de ascensão politica das mulheres, entretanto, Ruanda ultrapassou e muito este percentual em numero de legisladoras, que já correspondem a 2/3 de toda força política (Krook & Zetterberg, 2014; Reyntjens, 2014). Parte disso pode ser explicada pelo fato de Ruanda, após o conflito de entre *Hutus* e *Tutsis* em 1994, ter tido uma enorme baixa quanto à quantidade de homens

Gráfico 2 – evolução da percentagem de mulheres no parlamento entre 1997 e 2013 (percentagem média, por ano, de 193 países).



Fonte: Nações Unidas, elaboração dos autores.

Na tabela 1 apresentam-se a percentagem de mulheres ocupando lugares nos parlamentos, por país. Os valores que traçamos referem-se à média de percentagem de mulheres nos parlamentos nacionais entre 2004 e 2013.

adultos, num cenário onde a população adulta feminina passa a ser maioria. Para ilustrar o efeito que a crise e o genocídio trouxeram ao país, em 1989 (quando começou a crise alimentar e o aumento com gastos militares) a população total de Ruanda somava aproximadamente 6 milhões e 900 mil indivíduos, em 1995, no fim do genocídio, haviam aproximadamente 5 milhões e cem mil indivíduos (De Walque & Verwimp, 2010; Buvinic, Gupta, Casabonne & Verwimp, 2013). Nessa conjuntura, como boa parte dos homens, durante a crise e o genocídio, estavam comprometidos com o combate, as mulheres passaram gradativamente a ocupar posições tradicionalmente masculinas. Mas evidente que as mulheres no parlamento de Ruanda vêm colaborando de forma expressiva no esforço de reconstrução do país. Entretanto, mesmo Ruanda sendo o país com maior representação de mulheres no parlamento, a disparidade de gênero ainda é muito alta, vide que a maioria das mulheres (mesmo sendo elas praticamente 70% da força de mercado) ganha proporcionalmente muito menos que os homens (Allan, 2012).

Tabela 1 – Porcentagem de mulheres no parlamento, por país. Média das percentagens entre 2004 e 2013.

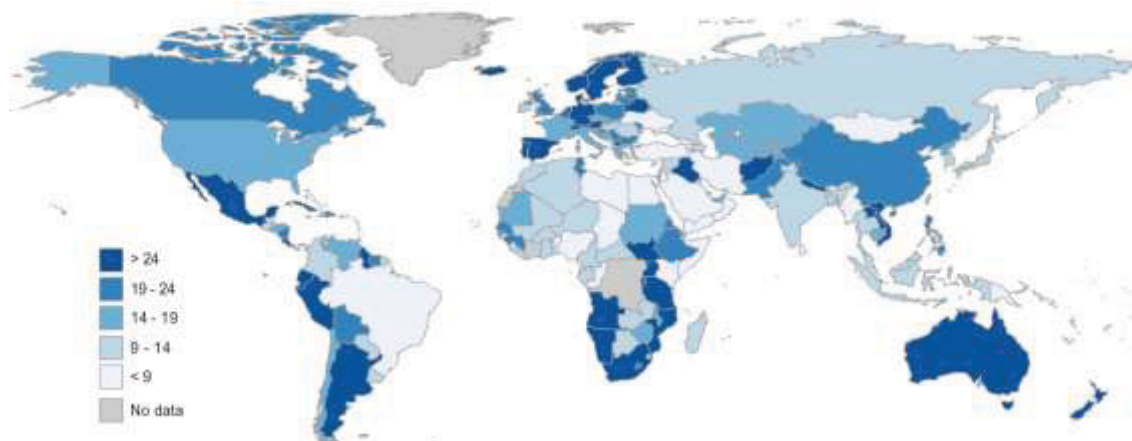
Posição	País	%	Posição	País	%
1	Ruanda	52,5%	98	Emirados Árabes Unidos	14,8%
2	Suécia	45,8%	99	Zimbábue	14,4%
3	Cuba	40,7%	100	Chile	14,2%
4	Finlândia	39,9%	101	Burkina Faso	13,9%
5	Países Baixos	38,9%	102	Indonésia	13,8%
6	Noruega	38,1%	103	Irlanda	13,8%
7	Dinamarca	38,0%	104	Serra Leoa	13,6%
8	Costa Rica	37,0%	105	Gabão	13,4%
9	África do Sul	36,8%	106	Coreia do Sul	13,3%
10	Argentina	36,7%	107	Zâmbia	13,3%
11	Bélgica	36,3%	108	Chipre	13,2%
12	Moçambique	36,1%	109	Bangladesh	12,7%
13	Islândia	35,9%	110	Panamá	12,7%
14	Espanha	35,4%	111	Azerbaijão	12,6%
15	Alemanha	32,4%	112	Djibuti	12,6%
16	Nova Zelândia	31,9%	113	Jamaica	12,5%
17	Andorra	30,7%	114	Uruguai	12,4%
18	Áustria	30,5%	115	Guiné Equatorial	12,3%
19	Tanzânia	30,3%	116	Federação Russa	12,2%
20	Seychelles	29,9%	117	Suazilândia	12,2%
21	Uganda	29,7%	118	Guiné-Bissau	12,2%
22	Guiana	29,2%	119	República Árabe da Síria	12,2%
23	Timor-Leste	29,0%	120	Tailândia	11,9%
24	Nepal	28,6%	121	Camarões	11,9%
25	Burundi	28,3%	122	Marrocos	11,9%
26	Belarus	28,1%	123	Montenegro	11,8%
27	Afeganistão	27,6%	124	Santa Lúcia	11,7%
28	Macedónia	27,4%	125	Barbados	11,3%
29	Suíça	27,3%	126	Romênia	11,3%
30	Sudão do Sul	26,5%	127	Paraguai	11,3%
31	Angola	26,2%	128	Nigéria	11,0%
32	Vietnã	26,1%	129	República Centro-Africana	10,9%
33	Namíbia	25,9%	130	Libéria	10,9%
34	México	25,5%	131	Guatemala	10,8%

35	Equador	25,5%	132	Colômbia	10,7%
36	Austrália	25,4%	133	São Tomé e Príncipe	10,5%
37	Iraque	25,4%	134	Albânia	10,5%
38	Portugal	25,0%	135	Botswana	10,4%
39	Laos	24,5%	136	Mali	10,2%
40	Trinidad e Tobago	24,4%	137	Antígua e Barbuda	10,0%
41	Peru	24,1%	138	Malásia	9,9%
42	Nicarágua	23,9%	139	Hungria	9,8%
43	Tunísia	23,4%	140	Gâmbia	9,8%
44	Senegal	23,1%	141	Madagascar	9,7%
45	Sérvia e Montenegro	23,0%	142	Togo	9,6%
46	Bulgária	22,5%	143	Congo	9,6%
47	Canadá	22,0%	144	Índia	9,5%
48	Eritreia	22,0%	145	Gana	9,5%
49	Luxemburgo	22,0%	146	Argélia	9,5%
50	Croácia	21,9%	147	Japão	9,3%
51	Mônaco	21,9%	148	Maldivas	9,2%
52	Paquistão	21,9%	149	Costa do Marfim	9,1%
53	Liechtenstein	21,6%	150	Malta	9,0%
54	Cingapura	21,5%	151	Benin	8,9%
55	Letônia	21,0%	152	Brasil	8,7%
56	Polônia	20,9%	153	Quênia	8,5%
57	China	20,8%	154	Somália	8,3%
58	Etiópia	20,8%	155	Turquia	8,2%
59	Bolívia	20,4%	156	Geórgia	8,1%
60	Estônia	20,3%	157	Sérvia e Montenegro	7,9%
61	Lituânia	20,2%	158	Congo	7,8%
62	Reino Unido	20,1%	159	Butão	7,6%
63	Granada	20,0%	160	Armênia	7,6%
64	Suriname	19,8%	161	Fiji	7,5%
65	República da Moldávia	19,8%	162	Jamahiria árabe da Líbia	7,5%
66	Lesoto	19,6%	163	Jordânia	7,5%
67	Filipinas	19,4%	164	Ucrânia	7,5%
68	Guiné	19,3%	165	Chade	7,3%
69	República Dominicana	19,3%	166	Mongólia	6,8%
70	São Vicente e Granadinas	18,9%	167	Nigéria	6,5%
71	Uzbequistão	18,3%	168	Samoa	6,5%

72	Sudão	18,2%	169	Kiribati	5,6%
73	Coreia do Norte	18,1%	170	São Cristóvão e Nevis	5,3%
74	Honduras	18,0%	171	Sri Lanka	5,3%
75	Eslováquia	17,9%	172	Haiti	4,7%
76	República Tcheca	17,9%	173	Myanmar	4,6%
77	Itália	17,6%	174	Kuait	3,7%
78	Mauritânia	17,5%	175	Líbano	3,6%
79	Tajiquistão	17,0%	176	Irã	3,5%
80	França	16,9%	177	Bahrein	3,3%
81	El Salvador	16,8%	178	Egito	3,1%
82	Eslovênia	16,8%	179	Vanuatu	3,1%
83	Israel	16,8%	180	Comores	3,0%
84	Quirguistão	16,7%	181	Ilhas Marshall	3,0%
85	Bósnia e Herzegovina	16,7%	182	Belize	3,0%
86	Cabo Verde	16,7%	183	Tonga	2,4%
87	Malawi	16,3%	184	Arábia Saudita	2,0%
88	Estados Unidos	16,3%	185	Tuvalu	1,3%
89	Venezuela	16,0%	186	Papua-Nova Guiné	1,1%
90	Turcomenistão	15,8%	187	Omã	1,1%
91	Camboja	15,8%	188	Iêmen	0,3%
92	Cazaquistão	15,7%	189	Ilhas Salomão	0,2%
93	San Marino	15,7%	190	Micronésia	0,0%
94	Bahamas	15,4%	191	Nauru	0,0%
95	Maurício	15,4%	192	Palau	0,0%
96	Grécia	15,2%	193	Catar	0,0%
97	Dominica	15,1%			

Fonte: Nações Unidas, elaboração dos autores.

Figura 3 - Porcentagem de mulheres no parlamento, por país. Média das percentagens entre 2004 e 2013.



Fonte: Nações Unidas, elaboração dos autores.

Na tabela 2 apresentam-se a pontuação média no ranking de democracia, por país. Os valores que traçamos referem-se à média calculada de 2008 - 2013.

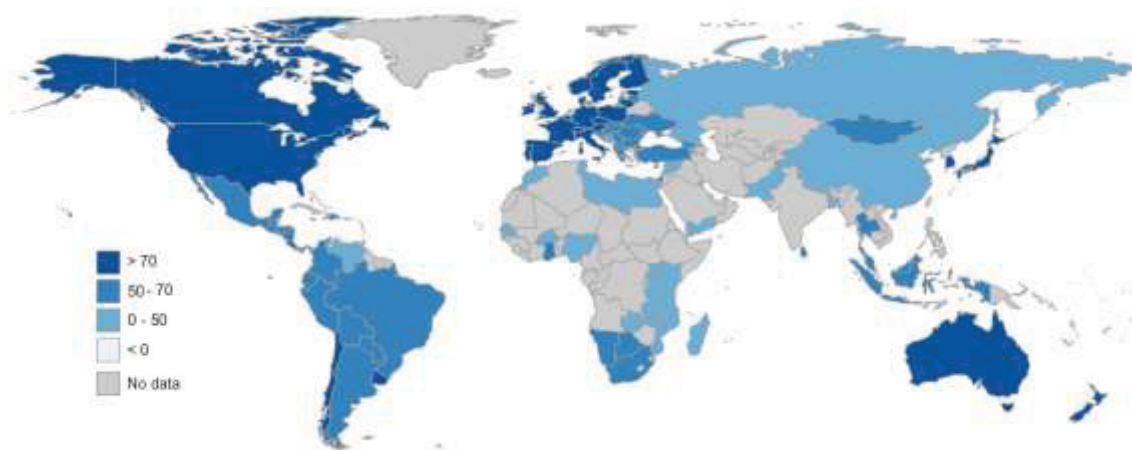
Tabela 2 – Scores de democracia no mundo (2008 – 2013)

Posição	País	Score	Posição	País	Score
1	Noruega	87,88	52	Colômbia	56,62
2	Suécia	86,99	53	Moldávia	56,09
3	Finlândia	86,35	54	Ucrânia	55,91
4	Suíça	85,41	55	Albânia	55,86
5	Dinamarca	84,11	56	Filipinas	55,66
6	Holanda	83,22	57	África do Sul	55,12
7	Alemanha	81,62	58	Bolívia	54,93
8	Nova Zelândia	81,61	59	Geórgia	54,92
9	Irlanda	81,11	60	Gana	54,76
10	Áustria	80,48	61	Turquia	54,32
11	Austrália	80,31	62	Paraguai	53,97
12	Canadá	80,17	63	Macedónia	53,92
13	Bélgica	80,12	64	Namíbia	53,73
14	Reino Unido	80,00	65	Indonésia	53,32
15	Estados Unidos	78,71	66	Índia	53,23
16	França	77,71	67	Nicarágua	53,08
17	Espanha	77,37	68	Tailândia	52,72

18	Portugal	75,52	69	Botsuana	52,33
19	Eslovénia	75,28	70	Malásia	51,63
20	Japão	74,70	71	Sri Lanka	51,01
21	Israel	73,65	72	Guatemala	50,68
22	Estónia	73,22	73	Honduras	50,64
23	Uruguai	72,57	74	Bósnia e Herzegovina	49,89
24	República Tcheca	71,96	75	Líbano	49,81
25	Chipre	71,75	76	Senegal	49,65
26	Chile	71,58	77	Kuwait	49,58
27	Itália	71,51	78	Bangladesh	48,15
28	Lituânia	71,20	79	Venezuela	47,46
29	Coreia do Sul	71,19	80	Nepal	47,00
30	Polónia	70,69	81	Malawi	45,81
31	Costa Rica	70,56	82	Arménia	45,57
32	Argentina	69,65	83	Tunísia	45,48
33	Letónia	69,57	84	Uganda	45,47
34	Hungria	69,18	85	Rússia	45,41
35	Eslováquia	68,97	86	Tanzânia	44,99
36	Grécia	68,68	87	Madagáscar	44,09
37	Croácia	67,76	88	Marrocos	44,08
38	Maurício	65,90	89	Quénia	42,90
39	Jamaica	65,56	90	Moçambique	42,73
40	Panamá	65,25	91	Zâmbia	42,08
41	Bulgária	65,09	92	Burquina Faso	42,07
42	Roménia	64,08	93	Bahrain	40,87
43	Brasil	62,45	94	Haiti	40,29
44	Peru	61,32	95	China	38,75
45	Sérvia	60,89	96	Egito	38,15
46	Trinidad e Tobago	60,61	97	Nigéria	37,76
47	El Salvador	59,58	98	Paquistão	37,64
48	República Dominicana	59,16	99	Líbia	32,37
49	Mongólia	58,76	100	Síria	30,21
50	Equador	58,06	101	Iémen	26,13
51	México	57,63			

Fonte: The Democracy Ranking Association, elaboração dos autores.

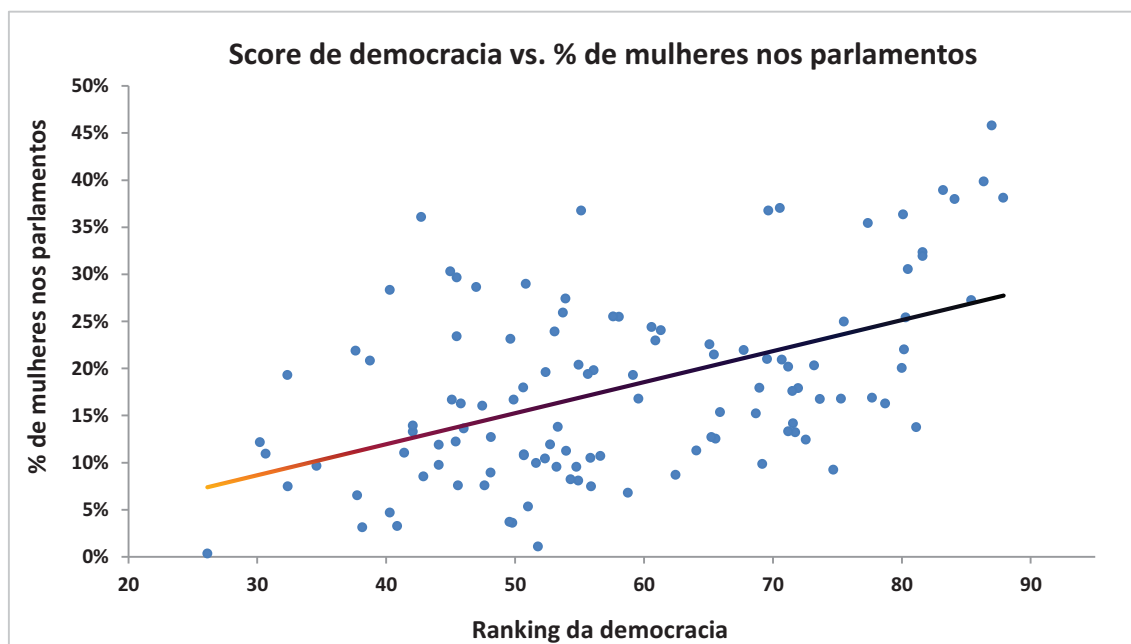
Figura 4 - Scores de democracia no mundo (2008 – 2013).



Fonte: The Democracy Ranking Association, elaboração dos autores.

O diagrama de dispersão (gráfico 3) permite observar a existência de uma correlação positiva forte ($r = 0,503$; $p < ,001$) entre os scores de democracia e a percentagem de mulheres nos parlamentos, indicando que quanto maior é a qualidade da democracia, maior é a percentagem de mulheres no parlamento.

Gráfico 3 – Diagrama de dispersão entre os scores de democracia no mundo e a % de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos. Coeficiente de correlação de Pearson: $r = 0,503$; $p < ,001$.



Fonte: Elaboração dos autores

Dividindo os países em grupos, de acordo com o score de democracia, e analisando os coeficientes de correlação, observa-se a existência de correlações positivas nos 3 grupos, sendo mais forte no grupo com score de democracia maior do que 70. Nos grupos com scores inferiores, a correlação não é significativa (tabela 3).

Observando as percentagens médias de mulheres no parlamento nos 3 grupos, verifica-se que a percentagem de mulheres no parlamento é superior no grupo com maios de 70 no score de democracia, sendo as diferenças significativas com os outros dois grupos. Não existem diferenças significativas entre as médias dos grupos com score de democracia inferior a 50 e entre 50 e 70.

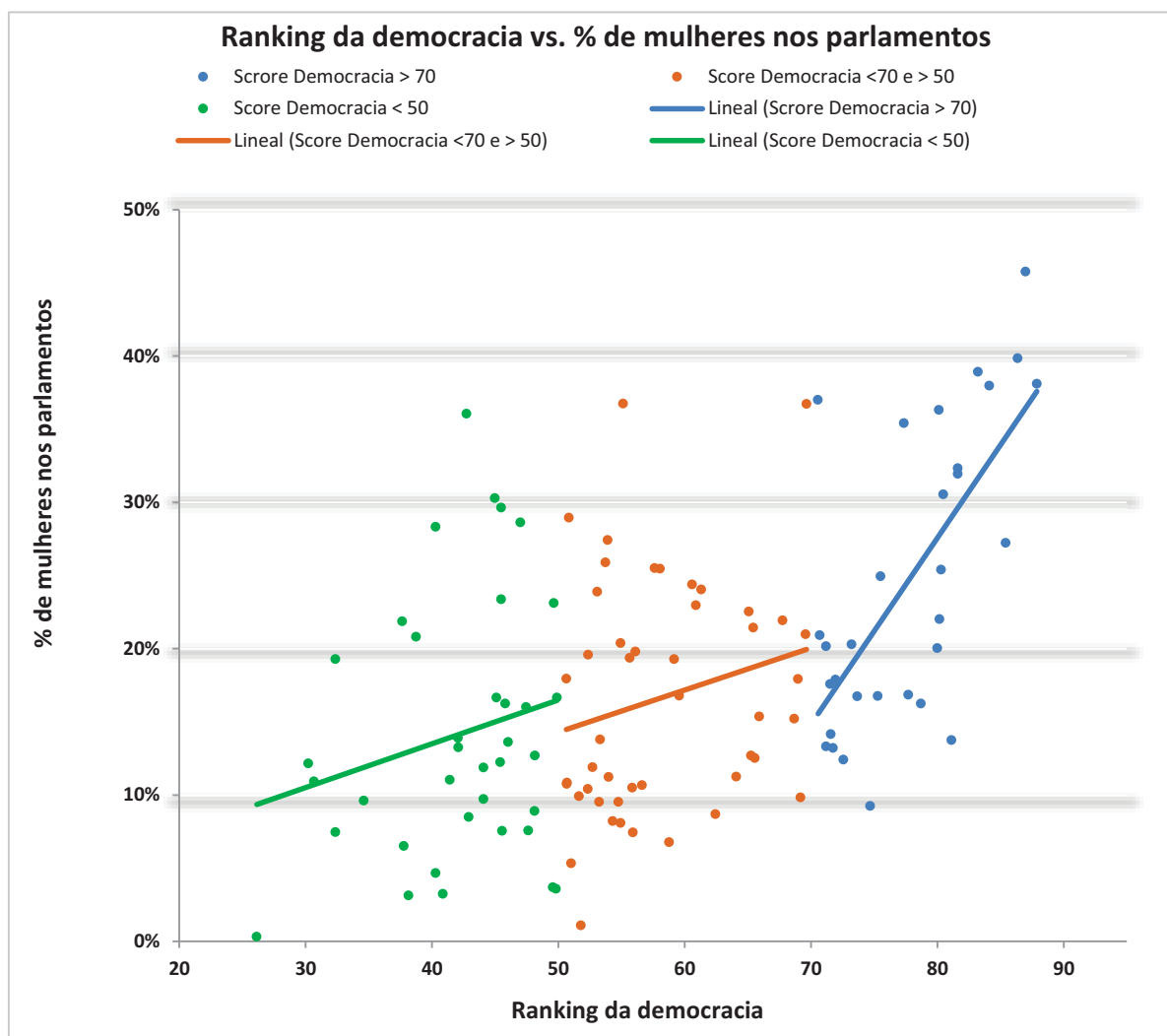
Tabela 3 – Coeficientes de correlação entre os scores de democracia no mundo e a % de mulheres nos parlamentos, média da % de mulheres nos parlamentos, por grupos de acordo com os scores de democracia.

Grupos de acordo com o score de democracia	Correlação entre Score de democracia e % de mulheres nos parlamentos	Média de % de mulheres nos parlamentos	Teste ANOVA
≤ 50 (n = 37)	$r = 0,207; p = 0,220$	14,15 a)	
> 50 e ≤ 70 (n = 47)	$r = 0,219; p = 0,140$	16,64 a)	$p < 0,001$
> 70 (n = 31)	$r = 0,678; p < 0,001$	24,64	

a) grupos sem diferenças significativas (Teste Tukey HSD).

Fonte: Elaboração dos autores.

Gráfico 4 – Diagrama de dispersão entre os scores de democracia no mundo e a % de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos. Por grupo, de acordo com o score de democracia.



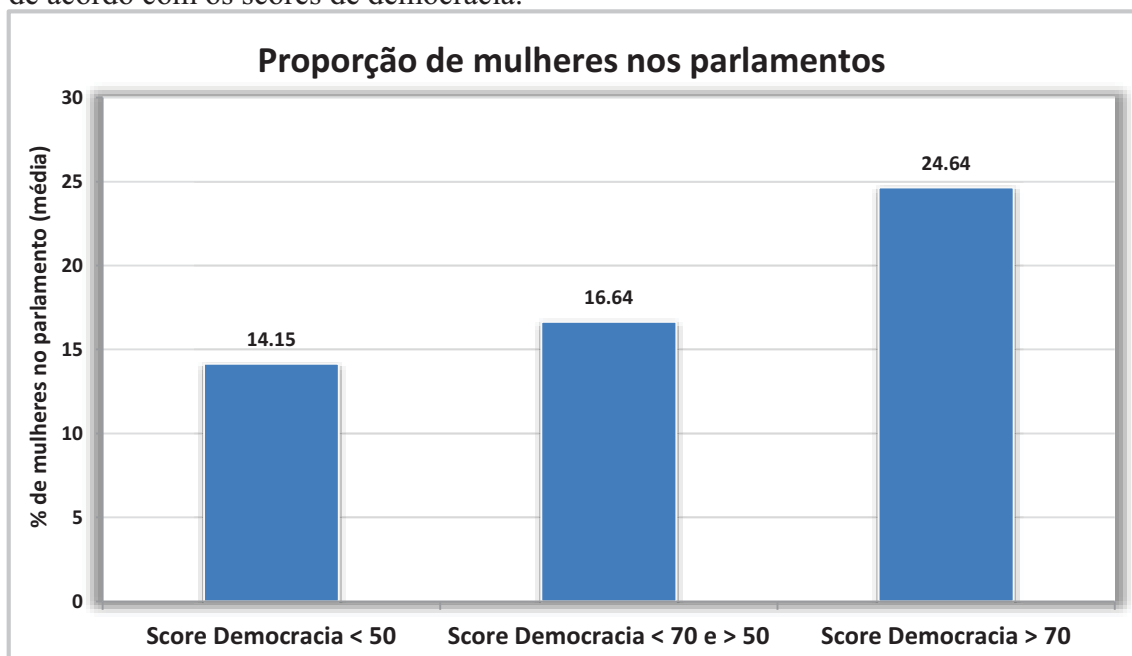
Fonte: Elaboração dos autores.

Os gráficos 3 e 4 não deixam dúvidas, os países que tem pontuação acima de 70 no ranking de democracia são os que permitem maior acesso das mulheres as cadeiras dos parlamentos nacionais. O contrario também é conclusivo, países posicionados como medianos e com baixa qualidade democrática, têm menos mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos nacionais. Isso nos leva a três possíveis conclusões: 1) a qualidade da democracia interfere de forma direta na concessão de possibilidades de elegibilidade as mulheres; 2) as mulheres tem mais motivação a se lançarem como candidatas em democracias de qualidade mais elevada; 3)

as mulheres exercem influencia representativa enquanto ocupam cadeiras nos parlamentos nacionais, nesse sentido, países com mais mulheres ocupando lugares nos parlamentos tem maior pontuação de qualidade democrática, pois as mulheres exercem importante atuação nesse processo enquanto representantes políticas. Mais estudos são necessários para se corroborar estas conclusões, sobretudo á terceira.

Como consideração importante ara os resultados, é possível dizer que investimentos políticos para melhorar a qualidade da democracia podem levar a uma diminuição no que diz respeito à sub-representação das mulheres na política. Nossos resultados contrariam os resultados obtidos por Stockemer (2009), onde não foi encontrada correlação entre maturidade da democracia e quantidade de mulheres no parlamento. Talvez o problema do estudo de Stockemer seja os indicadores utilizados. Neste trabalho utilizados o ranking de democracia, um indicador multivariado e a proporção medida abaixo no gráfico 5 não deixa duvida, países com qualidade de democracia acima de 70 têm maior numero de mulheres parlamentares do que países com menor qualidade democrática, a discrepância é visível sobretudo se compararmos países de ata qualidade democrática com os de baixa qualidade.

Gráfico 5 – médias da % de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos, por grupos de acordo com os scores de democracia.



Fonte: Elaboração dos autores.

Na tabela 4 apresentam-se as frequências mensuradas de pesquisas pelo termo *feminism*, entre 2004 e 2013. Nós somamos os valores totais das pesquisas mensais e na tabela traçamos uma média de 1 a 100 e com estes valores, definimos a posição do país quanto a frequência de interesse por *feminism*.

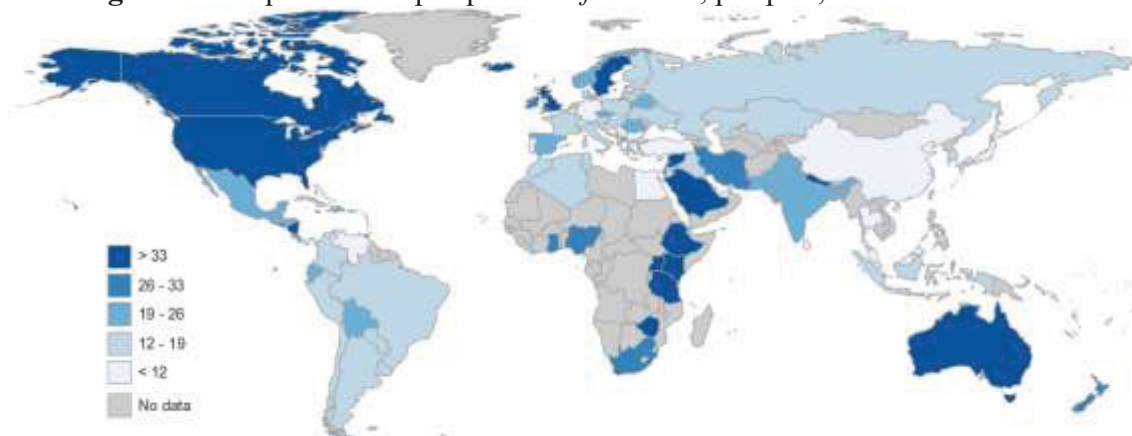
Tabela 4 – frequências de pesquisas de *feminism*, por país, entre 2004 e 2013.

Posição	País	Score	Posição	País	Score
1	Zimbábue	100	52	Hong Kong	17
2	Islândia	73	53	Marrocos	17
3	Uganda	58	54	Brasil	16
4	Suécia	57	55	Estônia	16
5	Etiópia	46	56	Jordânia	16
6	Jamaica	46	57	Rússia	16
7	Quênia	46	58	Letônia	15
8	Canadá	43	59	Coreia do Sul	15
9	Nepal	42	60	Áustria	15
10	Trinidad e Tobago	42	61	Tunísia	15
11	Estados Unidos	38	62	Peru	15
12	Síria	38	63	Chipre	15
13	Maurício	36	64	Argélia	14
14	Austrália	36	65	Ucrânia	14
15	Arábia Saudita	36	66	Itália	14
16	El Salvador	36	67	Indonésia	14
17	Nicarágua	35	68	Polônia	14
18	Porto Rico	35	69	Finlândia	13
19	Tanzânia	35	70	Azerbaijão	13
20	Reino Unido	34	71	Argentina	13
21	Nigéria	33	72	Holanda	13
22	Nova Zelândia	32	73	Hungria	13
23	Irã	29	74	Uruguai	13
24	Filipinas	28	75	Iraque	13
25	Líbano	27	76	Cazaquistão	12
26	África do Sul	26	77	França	12
27	Israel	26	78	Dinamarca	12
28	Irlanda	26	79	Lituânia	12
29	Gana	26	80	Eslováquia	11

30	República Tcheca	24	81	Suíça	11
31	Bangladesh	24	82	Bélgica	11
32	Costa Rica	24	83	Panamá	11
33	Equador	24	84	Bósnia e Herzegovina	11
34	Macedônia	23	85	Sri Lanka	10
35	Bolívia	23	86	Portugal	10
36	Espanha	22	87	China	10
37	Paquistão	22	88	Turquia	10
38	Honduras	22	89	Venezuela	10
39	Guatemala	22	90	Emirados Árabes Unidos	10
40	Palestina	22	91	Croácia	10
41	Noruega	21	92	Malásia	10
42	México	21	93	Alemanha	10
43	Bielorrússia	19	94	Kuwait	9
44	República Dominicana	19	95	Grécia	9
45	Romênia	19	96	Egito	8
46	Índia	19	97	Sérvia	8
47	Chile	18	98	Eslovênia	8
48	Colômbia	18	99	Japão	8
49	Taiwan	17	100	Bulgária	6
50	Paraguai	17	101	Tailândia	2
51	Cingapura	17			

Fonte: *Google trends*, elaboração dos autores.

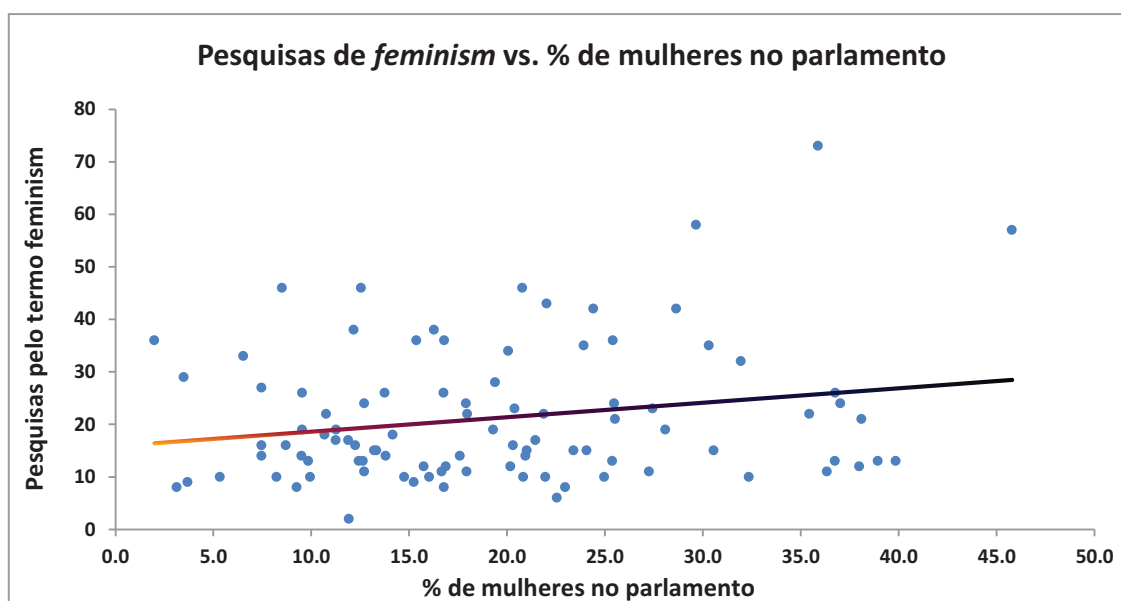
Figura 5- Frequências de pesquisas de *feminism*, por país, entre 2004 e 2013.



Fonte: *Google trends*, elaboração dos autores.

Quanto à relação entre a percentagem de mulheres no parlamento e as frequências de pesquisa do termo *feminism*, existe uma correlação positiva fraca mas significativa ($r = 0,208$; $p < ,042$), indicando um ligeira tendência de aumento de pesquisas pelo termo *feminism* em países com maiores percentagens de mulheres no parlamento (gráfico 5). Isso indica que em alguma medida a variável ideologia exerce um efeito considerável sobre as intenções de voto e sobre as motivações das mulheres para se candidatarem.

Gráfico 6 – diagrama de dispersão entre as pesquisas pelo termo *feminism* e a % de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos. Coeficiente de correlação de Pearson: $r = 0,208$; $p < ,042$.



Fonte: Elaboração dos autores.

Nosso resultado é convergente com os resultados de Paxton e Kunovich (2003), pois, os países que demonstraram maior interesse por *feminism*, enquanto ficheiro de ideologia política são os países com maior numero de mulheres. Como a frequência do *Google Trends* mostrou alta aderência em refletir este tipo de valor ideológico, em futuros estudos, recomenda-se que a ferramenta seja também utilizada para se mensurar outras ideologias políticas. *Google Trends* mostrou alta aderência em refletir este tipo de valor ideológico, em futuros estudos, recomenda-se que sejam testados outros termos e ou conjuntos de termos e tópicos que possam ter correlação com o numero de cadeiras ocupadas por mulheres em parlamentos nacionais. Recomenda-se que a ferramenta seja também

utilizada para se mensurar outras ideologias políticas, formas de organização social e tendências políticas.

4. Considerações finais

Nossos resultados mostraram que há um alto grau de correlação entre países com maior qualidade democrática e quantidade de mulheres ocupando assentos nos parlamentos. Por isso podemos concluir que em democracias de maior qualidade, é provável que as mulheres tenham menos obstáculos para se candidatarem, mais apoio dos partidos políticos e mais chances de serem elegíveis. É provável também que países com grande número de mulheres ocupando assentos no parlamento exerçam uma representação mais pluralista e tenha uma melhor governança, isso em alguma medida talvez garanta á alta pontuação no ranking de qualidade da democracia.

Nossos resultados apontam também que, países onde é maior o interesse pelo tópico *feminism* são os que têm maior representação política feminina. Nesse sentido, acreditamos a variável ideologia exerça uma influencia central no processo, seja tornando as mulheres mais propensas a se candidatarem, seja motivando eleitores a votarem em mulheres.

Concluimos que o caminho para minimizar a sub-representação da mulher na politica e aumentar a paridade entre os gêneros obrigatoriamente deve passar pelo sistema político, mas não deve ser restrito a ele, é preciso que esforços sejam empreendidos em outras dimensões não políticas da sociedade, como na renovação dos valores sociais.

Referências

- Allan, D. (2012). The burden of rapid development: a case study on women's economic empowerment in post-conflict Rwanda.
- Avelar, L. (2002). Mulher e política: o mito da igualdade. *Social Democracia Brasileira*, 1(2).
- Bhattacharya, I., Ramachandran, A., Bhattacharya, J., & Dogra, N. K. (2013). Google Trends for Formulating GIS Mapping of Disease Outbreaks in India. *International Journal of Geoinformatics*, 9(3).
- Borra, E., & Weber, I. (2012). Political Insights: Exploring partisanship in Web search queries. *First Monday*, 17(7).
- Buvinic, M., Gupta, M. D., Casabonne, U., & Verwimp, P. (2013). Violent conflict and gender inequality: an overview. *The World Bank Research Observer*, 28(1), 110-138.
- Campbell, D. F. (2008). The basic concept for the democracy ranking of the quality of democracy. *Vienna: Democracy Ranking*.

- Campbell, D. F., & Sükösd, M. (2002). Feasibility Study for a Quality Ranking of Democracies. *Vienna: Global Democracy Award*.
- Carrière-Swallow, Y., & Labbé, F. (2011). Nowcasting with Google Trends in an emerging market. *Journal of Forecasting*.
- Caul, M. (1999). Women's Representation in Parliament The Role of Political Parties. *Party politics*, 5(1), 79-98.
- Childs, S., & Krook, M. L. (2006). Gender and politics: the state of the art. *Politics*, 26(1), 18-28.
- Choi, H., & Varian, H. (2012). Predicting the present with google trends. *Economic Record*, 88(s1), 2-9.
- Codato, A., Cervi, E. U., & Perissinotto, R. M. (2013). Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *SPECK, Bruno (org.)*.
- De Walque, D., & Verwimp, P. (2010). The demographic and socio-economic distribution of excess mortality during the 1994 genocide in Rwanda. *Journal of African Economies*, 19(2), 141-162.
- Greenfield, P. M. (2013). The changing psychology of culture from 1800 through 2000. *Psychological science*, 24(9), 1722-1731.
- Gries, P. H., Crowson, H. M., & Sandel, T. (2010). The Olympic effect on American attitudes towards China: Beyond personality, ideology, and media exposure. *Journal of Contemporary China*, 19(64), 213-231.
- Grown, C., Gupta, G. R., & Kes, A. (Eds.). (2005). *Taking Action: Achieving gender equality and empowering women*. Earthscan.
- Gruszczynski, M. W. (2013). *Emotion and public attention to political issues* (Doctoral dissertation, University of Nebraska).
- Horák, J., Ivan, I., Kukuliač, P., Inspektor, T., Devečka, B., & Návrátová, M. (2013). Google Trends for Data Mining. Study of Czech Towns. In *Computational Collective Intelligence. Technologies and Applications* (pp. 100-109). Springer Berlin Heidelberg.
- Inglehart, R., Norris, P., & Welzel, C. (2002). Gender equality and democracy. *Comparative Sociology*, 1(3-4), 321-345.
- Johnson, A. K., & Mehta, S. D. (2014). A Comparison of Internet Search Trends and Sexually Transmitted Infection Rates Using Google Trends. *Sexually transmitted diseases*, 41(1), 61-63.
- Johnson, T. P., & Van de Vijver, F. J. (2003). Social desirability in cross-cultural research. *Cross-cultural survey methods*, 195-204.
- Kabeer, N. (2005). Gender equality and women's empowerment: A critical analysis of the third millennium development goal 1. *Gender & Development*, 13(1), 13-24.

- Kabeer, N. (2003). *Gender Mainstreaming in Poverty Eradication and the Millennium Development Goals: A handbook for policy-makers and other stakeholders*. Commonwealth Secretariat.
- Kahn, M. E., & Kotchen, M. J. (2010). *Environmental concern and the business cycle: The chilling effect of recession* (No. w16241). National Bureau of Economic Research.
- Krook, M. L., & Zetterberg, P. (2014). Electoral quotas and political representation: Comparative perspectives. *International Political Science Review*, 35(1), 3-11.
- Lovenduski, J., & Norris, P. (2003). Westminster women: the politics of presence. *Political Studies*, 51(1), 84-102.
- Mansbridge, J. (2009). A "Selection Model" of Political Representation*. *Journal of Political Philosophy*, 17(4), 369-398.
- Mansbridge, J. (1999). Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent "yes". *The Journal of politics*, 61(03), 628-657.
- Matland, R. E., & Studlar, D. T. (1996). The contagion of women candidates in single-member district and proportional representation electoral systems: Canada and Norway. *The journal of politics*, 58(03), 707-733.
- Matos, M. (2010). Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010. *Debate: Opinião Pública e Conjuntura Política*, 2, 31-59.
- McLaren, N; Shanbhogue, R. (2011). Using Internet search data as economic indicators. *Bank of England Quarterly Bulletin*, 51(2).
- Montagne, M., & Morgan, M. (2013). Drugs on the Internet, Part IV: Google's Ngram Viewer Analytic Tool Applied to Drug Literature. *Substance use & misuse*, 48(5), 415-419.
- Moraes, T. P. B., & Santos, R. M. (2013). Os Protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas na web, eo caso da Primavera Brasileira. *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales*, 9(2), 193-206.
- Norris, P. (2013). Recruitment. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), 11-32.
- Norris, P. (2004). *Electoral engineering: voting rules and political behavior*. Cambridge University Press.
- Paxton, P., & Kunovich, S. (2003). Women's political representation: The importance of ideology. *Social Forces*, 82(1), 87-113.
- Pelat, C., Turbelin, C., Bar-Hen, A., Flahault, A., & Valleron, A. J. (2009). More diseases tracked by using Google Trends. *Emerging infectious diseases*, 15(8), 1327.

- Phelps, J. M. (2012). Social psychological explorations of majority integration attitudes, group boundaries, and diversity ideologies in Norway.
- Phillips, A. (1995). *The politics of presence*. Oxford University Press.
- Reyntjens, F. (2014). *Political Governance in Post-Genocide Rwanda*. Cambridge University Press.
- Ripberger, J. T. (2011). Capturing curiosity: Using Internet search trends to measure public attentiveness. *Policy Studies Journal*, 39(2), 239-259.
- Roth, S. (2013). The Fairly Good Economy: Testing The Economization Of Society Hypothesis Against A Google Ngram View Of Trends In Functional Differentiation (1800-2000). *Journal of Applied Business Research (JABR)*, 29(5), 1495-1500.
- Serota, K. B., Levine, T. R., & Boster, F. J. (2010). The Prevalence of Lying in America: Three Studies of Self-Reported Lies. *Human Communication Research*, 36(1), 2-25.
- Stephens-Davidowitz, S. (2013). *Essays Using Google Data* (Doctoral dissertation, Harvard University).
- Stokes, W. (2005). *Women in contemporary politics*. Polity.
- Tourangeau, R., & Yan, T. (2007). Sensitive questions in surveys. *Psychological bulletin*, 133(5), 859.
- Vosen, S., & Schmidt, T. (2011). Forecasting private consumption: survey-based indicators vs. Google trends. *Journal of Forecasting*, 30(6), 565-578.
- Wängnerud, L. (2009). Women in parliaments: Descriptive and substantive representation. *Annual Review of Political Science*, 12, 51-69.
- Williams-Wyche, S. (2013, March). Reform to Better Representation? The Institutional and Cultural Determinants of the Representation of Women in Legislatures. In *Presented at the Annual Meeting of the Western Political Science Association*.
- Young, L. (2000). *Feminists and party politics* (Vol. 52). UBC Press.
- Young, L., & Cross, W. (2003). Women's involvement in Canadian political parties. *Women and electoral politics in Canada*, 92-109.